

VIDA EM PRIMEIRO LUGAR!

GRITO

DOS EXCLUÍDOS E EXCLUÍDAS

ANO 32
NÚMERO 83



MAIO - SETEMBRO - 2026

“NA DEFESA DA TERRA, DA PAZ E DA MORADIA, ERGUEMOS A VOZ: MULHERES VIVAS E SOBERANIA!”

No curso das mais de 30 edições do Grito dos Excluídos e Excluídas, a marca registrada sempre foi a luta pela justiça social, a garantia dos direitos humanos e o anseio pela paz. Temáticas que nos apontam para o fio condutor desse itinerário – Vida em primeiro lugar! Toda a existência que tenha em conta a dignidade humana requer condições reais e concretas, no sentido de superar o egoísmo do viver bem pela solidariedade do bem viver. Este último, com efeito, pressupõe o respeito, o cuidado, a convivência e a interligação com todas as formas de vida, a biodiversidade.

Se o tema, ao longo dessas três décadas, tem seu foco na absoluta primazia da vida, o lema deste ano de 2026 concentra-se nos rostos e situações em que a vida hoje se encontra mais ameaçada, precária e vulnerável: Na defesa da Terra, da Paz e da Moradia / Erguemos a voz: Mulheres Vivas e Soberania! Desde o ponto de vista da concentração da renda e da riqueza, por uma parte, e da exclusão socioeconômica e política, por outra, cresce progressivamente o fosso entre os que ocupam a ponta da pirâmide social e os que habitam sua base.

Como pode alcançar a paz uma pessoa, família, grupo ou população sem terra, teto ou trabalho? O alicerce da verdadeira paz é justamente o “desenvolvimento integral” (Populorum Progressio, Papa Paulo VI, 1967). Desenvolvimento que leva em conta não apenas os indicadores econômicos - crescimento do PIB, câmbio do dólar, índice da bolsa de valores etc., - mas, sobretudo, os indicadores sociais: saúde, educação, transporte coletivo, água e esgoto, terra de plantio ou terra de moradia. No Brasil, o déficit habitacional passa de 6 milhões de unidades, com um agravante: há muita casa sem



gente e muita gente sem casa. Paz e soberania exigem condições justas como respaldo.

As causas desse desequilíbrio são notórias e conhecidas. A especulação imobiliária no campo e na cidade, a falta de uma profunda política agrária, agrícola e urbana, bem como a carência de políticas públicas voltadas para a população de baixa renda. Enquanto cresce a construção de mansões e apartamentos para as classes mais abastadas, os

pobres e excluídos “se viram” ou “se escondem” pelos morros, favelas, cortiços, mangues, ribeirinhos, periferias. Felizmente, vem crescendo também a luta e resistência por terrenos e prédios abandonados.

Por isso, erguemos a voz, levamos o grito às ruas, praças e campos. Grito que vem ganhando um eco feminino, diante da realidade brutal e revoltante. Em 2025, foram registrados mais de 1500 feminicídios. Aliás, a cada ano temos um recorde dessa epidemia histórica, derivada do machismo e patriarcalismo estruturais da sociedade brasileira. Cresce também o número incontável de mulheres agredidas, estupradas e violentadas, muitas vezes pelos próprios companheiros ou “ex”.

Aqui urge um diálogo franco “um papo reto”. O combate à violência contra a mulher (o qual, em geral, direta ou indiretamente, atinge também as crianças, adolescentes e jovens) constitui esforço de todas e de todos. Como estamos vendo, não bastam as chamadas “medidas protetivas”, urge que a mulher denuncie, sem dúvida, mas é igualmente necessário que os homens se empenhem nessa luta para erguer a voz contra todo e qualquer tipo de violência, seja ela verbal, abusiva, física ou assassina. É insustentável a continuidade, e em particular o aumento, dos rostos desfigurados e os cadáveres de tantas companheiras.

As mulheres exigem reconhecimento, espaço e respeito para oferecer à sociedade, livremente, sua contribuição trabalhista, cultural e artística. A começar pelo pagamento equivalente para serviços iguais. Mas esse é apenas o primeiro passo. Há muito caminho a percorrer.

A Coordenação

“NA DEFESA DA TERRA, DA PAZ E DA MORADIA, ...

OBJETIVOS

A QUE NOS PROPOMOS?

Incentivar a defesa da Soberania e do Direito à Vida e denunciar as estruturas opressoras e excludentes que vivemos no Brasil e no mundo, as injustiças cometidas pelo sistema capitalista e imperialista movido por guerras que busca o lucro.

O QUE QUEREMOS?

1. Motivar e incentivar a criação, organização e o fortalecimento de espaços de reflexão coletiva sobre o tema e lema do 32º Grito – “Vida em Primeiro Lugar! Na defesa da Terra, da Paz e da Moradia, Erguemos a voz: Mulheres Vivas e Soberania!”;

2. Erguer nossas bandeiras e lutar pelo acesso e qualidade de todos os serviços públicos e direitos básicos para a população, como: educação, saúde, alimentação saudável, água potável, energia, saneamento, moradia, transporte, lazer;

3. Defender firmemente o direito das mulheres e denunciar o avanço do feminicídio perpetrado pelo machismo e pelo patriarcado, pilares dessa estrutura de sociedade baseada em valores misóginos;

4. Atuar na defesa da Terra, da Paz, pelo fim das guerras, promover espaços de diálogo e troca de experiências para construir um projeto verdadeiramente popular a partir dos territórios, das lutas dos povos originários, das mulheres, da juventude e de toda a classe trabalhadora, através da organização, mobilização e resistência popular.

EIXOS:

1. TERRA

A luta pela vida está diretamente ligada ao acesso à terra, ao território, à moradia e à água - elementos cada

vez mais ameaçados pelas mudanças climáticas e pela intensificação de atividades econômicas predatórias. Em diferentes estados do Brasil, desastres ambientais como enchentes, secas prolongadas e queimadas têm devastado comunidades inteiras. Esse cenário é agravado pela expansão da mineração e do agronegócio, que avançam sobre territórios tradicionais indígenas e quilombolas e comunidades pesqueiras artesanais, promovendo desmatamento, contaminação das águas e expulsão de populações locais.

Inspirados e inspiradas na encíclica “Laudato Si”, do Papa Francisco, reafirmamos a importância do cuidado com a Casa Comum. Assim como reafirmamos a centralidade dos 3 Ts - Terra, Teto e Trabalho - que ele defendeu no Encontro Mundial dos Movimentos Populares - como base para uma sociedade justa. Elementos essenciais para garantir a dignidade humana e fortalecer formas de vida sustentáveis, baseadas na cooperação e no respeito aos povos e à natureza.

2. PAZ

A humanidade vive hoje numa encruzilhada entre solidariedade ou barbárie.

A sociedade capitalista expandiu-se por todos os cantos do globo. Nunca se registrou saltos tecnológicos tão vertiginosos, nem uma capacidade produtiva tão elevada - de bens, alimentos e riquezas - concentrada em tão poucas mãos. Ao mesmo tempo, jamais houve tantos indivíduos submetidos à fome, à falta de moradia ou a deslocamentos forçados entre regiões e países. Nunca tantas doenças atingiram populações de forma simultânea. Tampouco se viu, em tal escala, a devastação da fauna, da flora e dos recursos hídricos... Por fim, também é sem precedentes o nível de violência que leva seres humanos a ceifarem a vida de seus semelhantes.

O neoliberalismo, expressão mais radical do capitalismo contemporâneo, incute em nossas consciências a ideia de que é preciso competir permanentemente com o outro - convertido em adversário - para sat-

isfazer necessidades e desejos, sejam eles materiais ou imateriais.

Assim, a barbárie vai se insinuando e se consolidando, corroendo os laços de solidariedade, desagregando as formas de comunidade e fragilizando a própria vida familiar. Em outro plano, a extrema direita mobiliza uma ideologia política que instrumentaliza esse cenário para conquistar poder. Ataca sistematicamente as formas de organização coletiva - seja o próprio Estado, sejam os diversos setores da sociedade que se articulam para enfrentar desigualdades históricas. Faz isso em nome de noções abstratas de patriotismo, família e liberdade individual.

O governo norte-americano, que desde a segunda guerra mundial governa e mantém a sociedade capitalista como um império moderno, tem à sua frente hoje a expressão mais poderosa dessa ideologia de extrema direita: Donald Trump. Enquanto a hegemonia dos Estados Unidos se vê tensionada pelo crescimento da China dentro dos próprios marcos do capitalismo, o governo de Donald Trump avança, sem constrangimentos, no controle de riquezas naturais estratégicas à reprodução do capital e à preservação da primazia norte-americana, com um amplo repertório de instrumentos: desde pressões e chantagens tarifárias até o uso do poder bélico e, sempre que possível, à atuação direta ou indireta para alçar aliados político-ideológicos ao comando de outros países. Foi o que ocorreu no Brasil, com a imposição de tarifas sobre exportações, a aplicação de sanções a autoridades e o apoio a lideranças politicamente alinhadas.

Como consequência desse tipo de expansão, observa-se um cenário internacional marcado por conflitos mais frequentes e de maior escala, muitas vezes justificados por discursos de combate ao narcotráfico ou ao terrorismo. Ao mesmo tempo, cresce o debate sobre o respeito - ou a violação - das normas e do direito internacional nessas intervenções.

Mas o capitalismo nunca avançou sem resistência. No Brasil, desde os povos originários, passando pelos negros escravizados, os trabalhadores do campo e da cidade, há



aqueles e aquelas que resistem.

Conjugamos essa resistência na expressão: Paz entre nós! Em um tempo em que a violência se impõe - no cotidiano e nos conflitos entre nações -, a busca pela paz é, em si, um gesto revolucionário.

É na convergência da classe trabalhadora, em sua diversidade, que reside a força capaz de enfrentar a barbárie e construir outro horizonte possível. A solidariedade será a cola que vai nos unir, contra a barbárie que tenta nos fragmentar e separar.

3. MORADIA

A casa é o espaço onde as famílias repõem suas energias, cultivam relações, celebram a vida e se integram à sociedade. Assim, “a moradia é a porta de entrada de todos os direitos”. É a partir dela que se viabiliza o acesso ao emprego, à justiça, à educação e à saúde, bem como à qualidade de vida e das relações sociais.

São 26 milhões de famílias que vivem em situação inadequada, em áreas de risco, sem ou com infraestrutura insuficiente, marcadas pela segregação social e, muitas vezes, com forte influência do crime organizado. A especulação imobiliária trata a moradia como negócio e mercadoria, expulsando as pessoas para áreas de risco, próximas a córregos, morros ou locais sem acesso a equipamentos públicos (escola, saúde, trabalho e transporte).

Expediente

Comissão Episcopal para Ação Sociotransformadora -
CEPAST/CNBB – SE/SUL – Quadra 801 – Conj. B – 70200-014 – Brasília/DF
Assessoria: Pe. Edinho Thomassim e Alessandra Miranda

PASTORAIS E ORGANISMOS: Pastoral Operária Nacional (PO); Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM); Pastoral do Povo de Rua (PPR); Pastoral Carcerária (PCr); Pastoral Afro-Brasileira (PAB); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Pastoral da Juventude (PJ); Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP); Cáritas Brasileira (CB); Conselho Nacional do Laicato do Brasil (CNLB); Pastoral da Mulher Marginalizada (PMM); Conselho Pastoral dos Pescadores e Pescadoras (CPP)

ENTIDADES: Central dos Movimentos Populares (CMP); Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra (MST); Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Jubileu Sul Brasil (JSB); Juventude Operária Católica (JOC); Rede Rua (RR); Comunidades Eclesiais de Base (CEBs); Romaria dos Trabalhadores e das Trabalhadoras

APOIO:

Comissão Episcopal para Ação Sociotransformadora - CEPAST/CNBB
Congregação das Irmãs da Imaculada Conceição
CNBB (Regional Sul 1/SP)

Secretaria Nacional do Grito dos Excluídos e Excluídas

Rua Caiambé, 126 – Ipiranga – 04264-060 – São Paulo/SP - Tel: (11) 94761-4232
www.gritodosexcluidos.com
facebook.com/grito.dos.excluidos
youtube.com/@GritodosExcluidos
instagram.com/grito.dos.excluidos
Tiragem: 25 mil

Projeto Gráfico e Diagramação:
Dr. José Reis Filho

...ERGUEMOS A VOZ: MULHERES VIVAS E SOBERANIA!"



Esse processo de expulsão - ou, como definem especialistas, gentrificação, isto é, quando um bairro se valoriza e se torna progressivamente mais caro - impacta de forma desigual a população. Afeta especialmente as mulheres, que estão à frente de mais de 51% dos lares brasileiros, além da população em situação de rua, cujo crescimento está diretamente ligado à falta de acesso à moradia digna. As condições insalubres de moradia também comprometem diretamente o aprendizado das crianças, figurando entre os fatores que contribuem para a evasão escolar e a repetência. Não ter um teto significa, muitas vezes, não ter sequer um endereço - um CEP -, o que dificulta desde o acesso ao trabalho formal até a programas habitacionais.

Um dos maiores problemas que a Campanha da Fraternidade deste ano nos convida a refletir é que não faltam leis; mas sim a aplicação delas para garantir o direito à moradia. O Censo 2022 do IBGE identificou cerca de 11,4 milhões de domicílios vagos no Brasil - aproximadamente 13% do total, um número quase duas vezes superior ao déficit habitacional em torno de 6 milhões de moradias. A crise habitacional brasileira é profundamente marcada por desigualdades de classe, gênero, raça e território: 66,3% das pessoas afetadas se autodeclararam pretas e pardas, 62,6% são mulheres e 74,5% vivem com renda de até dois salários mínimos. No caso das mulheres, somam-se ainda situações de violência doméstica, expulsão do domicílio e violência patrimonial, que agravam a vulnerabilidade e dificultam o acesso à moradia digna.

4. MULHERES

No Brasil, a violência contra as mulheres segue como uma grave violação de direitos humanos. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública apon-

tam que só em 2025, foram 1.568 vítimas de feminicídio, crescimento de 4,7% em relação ao ano anterior. Em média, a cada seis horas, uma mulher é assassinada por sua condição de gênero, sendo a metade delas entre 30 e 49 anos. Em janeiro de 2026, o judiciário registrou 947 novos casos de feminicídio.

A violência contra as mulheres - ameaças, perseguição, violência psicológica e verbal, lesão corporal, estupro, além das tentativas e o feminicídio consumado - tem aumentado de forma consistente nos últimos anos. O que configura a misoginia: o ódio às mulheres, aversão ao feminino, e que se manifesta na ideia de que o corpo e a vida das mulheres seriam propriedade dos homens. Essa violência, muitas vezes, ocorre no âmbito das relações íntimas, sendo praticada por companheiros ou ex-companheiros.

A violência atinge também a população LGBTQIAPN+, marcada pela persistência e pelo agravamento da transfobia como problema estrutural. Essa violência se expressa em agressões físicas, verbais e psicológicas motivadas pela orientação sexual e pela identidade de gênero. Cabe lembrar que, desde 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) passou a enquadrar a homofobia e a transfobia como crimes de racismo.

No caso das mulheres LGBTQIA+, a violência assume contornos específicos e permanece fortemente subnotificada. Dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) indicam que, em 2025, ao menos 77 travestis e mulheres trans foram assassinadas no Brasil. Já o levantamento do Grupo Gay da Bahia (GGB) aponta, no mesmo período, 257 mortes violentas de pessoas LGBTQIA+, incluindo homicídios, suicídios e outros óbitos relacionados à LGBTQfobia. O equivalente a um assassinato a cada 34 horas -, mantendo o país, pelo 14º ano consecutivo, entre os que mais matam pessoas trans e travestis no mundo.

Em relação às mulheres lésbicas e bissexuais, destaca-se a ausência de estatísticas oficiais consolidadas, já que muitos casos são registrados apenas como feminicídio, sem identificação da motivação lesbofóbica ou bifóbica. Esse quadro evidencia a urgência de políticas públicas com abordagem interseccional, que considerem gênero, orientação sexual, identidade de gênero, raça e território, ampliando a visibilidade desses dados e garantindo proteção efetiva a essas mulheres.

Reforçamos o grito por "Nenhuma a menos". Reafirmamos o compromisso de seguir como semente: mais plantar do que colher. Plantar justiça, igualdade e esperança. Cultivar uma sociedade onde mulheres possam viver plenamente,

livres de violência, e onde a soberania dos povos e o direito aos territórios sejam respeitados.

5. REDES SOCIAIS/ COMUNICAÇÃO

As redes sociais e os grandes meios de comunicação têm um enorme poder sobre a forma como as pessoas pensam e enxergam a política e a sociedade. Por isso, foram transformados em armas de manipulação contra o povo. Espalham mentiras (fake news) e desinformação, incentivam o ódio e banalizam a violência principalmente contra mulheres, crianças, adolescentes, negros, indígenas, excluídos e excluídas.

Os algoritmos priorizam conteúdos sensacionalistas e convertem a violência e o sofrimento em espetáculo, criando bolhas de informação que dificultam o pensamento e o diálogo democrático. O que vale é o lucro e a audiência.

A grande mídia, em sua maioria, atua como porta-voz do mercado e das elites, com pautas e narrativas que favorecem os seus interesses políticos e ideológicos. Nesse contexto, governos e lideranças de esquerda são retratados de forma negativa, desmoralizados e criminalizados. Enquanto políticas sociais e avanços populares recebem menor ou nenhum destaque. O objetivo é claro: confundir as pessoas, enfraquecer a consciência política e manter a população desinformada e dividida.

O impacto sobre as novas gerações é significativo, tendo em vista que hoje os jovens constroem sua visão de mundo sobretudo a partir do que consomem nas redes.

Por isso, é urgente fazer a regulamentação das plataformas digitais e das redes sociais; a governança das plataformas e da Inteligência Artificial; combater a desinformação e ocupar as redes; fortalecer a comunicação popular, formar comunicadores para o domínio das tecnologias, produção de materiais e de linguagem que trabalhe afetos e valores; promover educação midiática e formação política. O povo precisa falar por si, construir suas próprias narrativas e enfrentar a manipulação com informação, crítica e mobilização.

6. SOBERANIA/DEMOCRACIA

Temos visto que o atual governo dos Estados Unidos vem consolidando uma atuação cada vez mais agressiva do imperialismo e das forças de extrema direita e neofascistas, tanto no plano interno - reprimindo opositores e atacando os imigrantes que vivem

no país - quanto no plano externo, ao pressionar grande parte das nações do mundo. Essa postura se manifesta especialmente contra países que buscam construir sociedades livres de sua influência, como Venezuela, Cuba, Irã e Palestina, além de ameaças constantes, como a imposição de tarifas econômicas e sanções à maioria dos países, inclusive aliados europeus. No fundo, essa estratégia tem como principal objetivo demonstrar força diante de seu maior rival geopolítico, a China, reforçando uma política de confronto e disputa pela hegemonia global.

Na América Latina, vivenciamos um episódio de extrema gravidade, marcado pela intervenção militar dos EUA e o bombardeio ao território venezuelano, que resultou na morte de dezenas de pessoas e no sequestro do presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, e de sua companheira, a deputada Cílica Flores. Trata-se de um fato novo e alarmante nas relações do continente americano, revelando até que ponto as potências imperialistas podem chegar para impor suas vontades políticas, submeter os povos e se apropriar dos recursos energéticos.

Ao mesmo tempo, aprofunda-se o bloqueio criminoso econômico contra o povo cubano, agravando a escassez de alimentos, energia e medicamentos e impondo duras condições de vida à população. Nesse contexto, tanto Venezuela quanto Cuba, apesar de debilitadas pelas pressões externas, seguem resistindo e mantendo sua soberania.

No Brasil, neste ano, estamos diante de um processo eleitoral extremamente disputado, marcado pelo confronto com as forças de extrema direita no país, que certamente contarão com apoio da extrema direita internacional e do imperialismo estadunidense, empenhados em derrotar Lula, conquistar a maioria dos governos estaduais e ampliar sua força no Congresso Nacional.

Nossa tarefa é defender as liberdades democráticas contra o autoritarismo, sem cair na ilusão da 'Democracia dos Ricos'. Precisamos escancarar os limites desta democracia burguesa, que se tornou estreita demais para as demandas populares. É dever dos movimentos populares, dos sindicatos e dos organismos das igrejas, demonstrar que, enquanto o sistema atual prioriza a rentabilidade do mercado, ele nega a soberania do povo. Defender a democracia hoje significa lutar para que ela saia dos gabinetes e chegue à vida real das pessoas. Por isso, temos uma dupla tarefa: estimular a redução da abstenção eleitoral e fortalecer a coragem e a vontade de construirmos um mundo melhor e um Brasil soberano, próspero e feliz.



FIQUE POR DENTRO

“ Envolver-se na política é uma obrigação para o cristão. Nós cristãos não podemos nos fazer de Pilatos e lavar as mãos, não podemos!

(Papa Francisco)



Construam pontes, por meio do diálogo e do encontro, e não muros. O diálogo é a única saída para a paz

(Papa Leão XIV)



39ª Romaria das Trabalhadoras e Trabalhadores

“Com a Mãe Aparecida, a classe trabalhadora reza e luta por vida digna, com Justiça, Trabalho e Moradia” é o lema da 39ª Romaria das Trabalhadoras e Trabalhadores, que acontece no dia 7 de setembro, em Aparecida/SP, juntamente com o 32º Grito dos Excluídos e Excluídas. Organizada pela Pastoral Operária, pelo Serviço Pastoral dos Migrantes e um conjunto de pastorais e movimentos populares, reúne milhares de pessoas vindas de várias localidades dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, para o Santuário de Nossa Senhora Aparecida.

Conflitos no Campo

O ano de 2025 apontou uma redução de 28% nos registros de conflitos no campo em relação a 2024, com 1.593 ocorrências, diante das 2.207 do ano anterior (Cedoc/CPT). Os conflitos por Terra continuam a representar o maior percentual – 1.286 (1.186 equivalem às violências contra a ocupação e a posse, enquanto 100 se referem às resistências dos povos da terra contra as ofensivas e as injustiças do agro-hidro-minero-negócio e seus projetos de dominação da natureza e humanidade). O Grupo Móvel de Fiscalização resgatou, no período, 1.991 trabalhadores do trabalho escravo rural. A Campanha Permanente da CPT “De Olho Aberto para não Virar Escravo” registrou, ainda, 1.007 pessoas resgatadas em 122 casos de trabalho escravo urbano, em forte crescimento (+60%). A CPT apontou um aumento de 100% no número de assassinatos no campo entre 2024 e 25 (de 13 para 26 ocorrências), além de aumento no número de prisões, casos de humilhação, cárcere privado e concentração de execuções na Região Norte do Brasil.

Mercado de Trabalho

Ao longo de 2025, o desemprego manteve trajetória de queda no país. A taxa média anual passou de 6,6% em 2024 para 5,6% no ano seguinte, o menor nível registrado desde o início da série histórica, em 2012. Nesse intervalo, o número médio de brasileiros sem trabalho diminuiu em cerca de 1 milhão, ao cair de 7,2 milhões para 6,2 milhões de pessoas. É preciso frisar que esse dado esconde a realidade da informalidade, precarização e pejetização. Por isso, a geração de empregos precisa vir acompanhada de melhores condições de trabalho, com redução da jornada sem corte salarial e o fim da escala 6x1.

Fome no Brasil em 2025

O Brasil saiu do Mapa da Fome da ONU em 2025, registrando subnutrição crônica abaixo de 2,5% da população. A insegurança alimentar grave caiu para 3,2% dos domicílios no final de 2024, indicando uma redução para cerca de 6,48 milhões de pessoas afetadas, o menor nível em 20 anos, consolidado em 2025. Em números absolutos, cerca de 2 milhões de pessoas saíram da fome em um ano. O país enfrenta desafios relacionados à insegurança alimentar moderada e à nutrição de qualidade, ocupando ainda a 34ª posição no Índice Global da Fome. Apesar da melhora nacional, ainda há disparidades regionais, com o Norte apresentando índices de fome maiores (6,3% em 2024) comparado a outras regiões. Entre os fatores de melhoria estão ações de proteção social, valorização do salário mínimo e a retomada de programas de distribuição de alimentos.

Migrações

O Brasil abriga atualmente cerca de 2 milhões de imigrantes internacionais entre residentes, temporários, refugiados e solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado, de 200 nacionalidades diferentes, presentes em todas as unidades da federação. Venezuelanos, haitianos, cubanos e angolanos são os grupos em destaque. Estima-se a residência de 680 mil venezuelanos no Brasil no início de 2026, com participação em maior número de mulheres e crianças – de 0 a 14 anos (OBMigra).

Taxa de juros e arcabouço fiscal

As altas da taxa de juros reduzem investimentos e drenam recursos que poderiam ser destinados à saúde, educação e assistência social para o pagamento da dívida pública. Ao mesmo tempo, o arcabouço fiscal - conjunto de regras que substituiu o teto de gastos - limita o investimento público e subordina o orçamento aos interesses do mercado. É preciso enfrentar a política de juros altos e superar o arcabouço fiscal para garantir investimentos sociais.

MATERIAIS DE DIVULGAÇÃO DO 32º GRITO

Jornal	R\$ 0,50
Cartaz	R\$ 0,90
Camiseta	R\$ 30,00
Roteiro de Celebração.....	R\$ 0,50
Banner 120 x 90	R\$ 110,00

Pedidos: 11- 94761-4232, e-mail: gritonacional@gmail.com

